

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle



Relatório Anual 2016

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle



Relatório Anual
2016



Audiência pública para debater a (PEC) 241/16.



11/10/2016

55ª Legislatura

2ª Sessão Legislativa - 2016

Presidente

Rodrigo Maia

1º Vice-Presidente

Waldir Maranhão

2º Vice-Presidente

Giacobo

1º Secretário

Beto Mansur

2º Secretário

Felipe Bornier

3º Secretário

Mara Gabrilli

4º Secretário

Alex Canziani

Suplentes de Secretário

1º Suplente - Mandetta

2º Suplente - Gilberto Nascimento

3º Suplente - Luiza Erundina

4º Suplente - Ricardo Izar

Órgãos de apoio à Mesa

Secretaria-Geral

Wagner Soares Padilha

Diretoria-Geral

Lucio Henrique Xavier Lopes

Diretoria Legislativa

Afrísio Vieira Lima Filho

Departamento De Comissões

Aparecida de Moura Andrade

Comissão De Fiscalização Financeira E Controle

Presidente

Leo de Brito

1º Vice-Presidente

Paulão

2º Vice-Presidente

3º Vice-Presidente

Toninho Wandscheer

Secretário Executivo

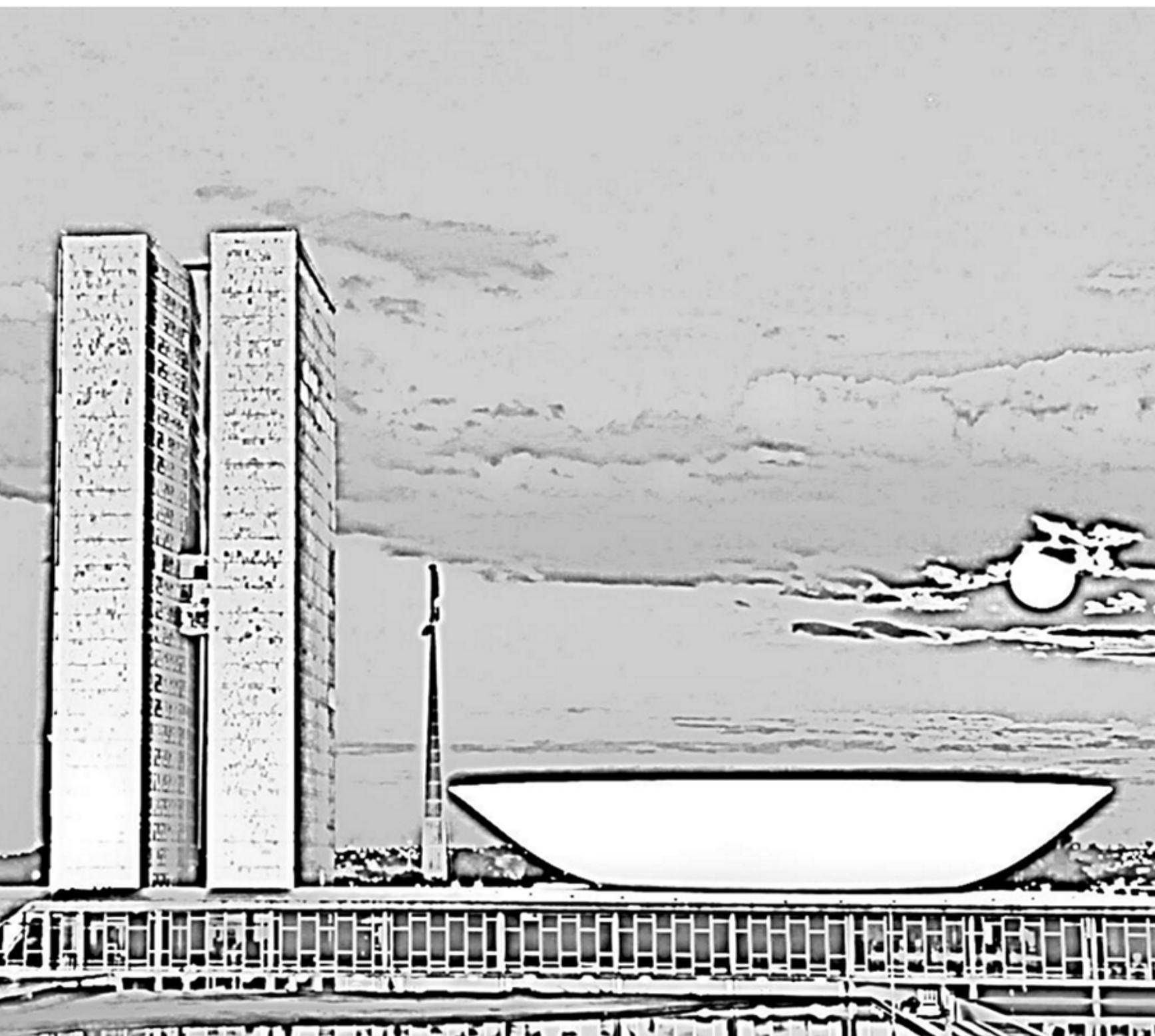
Luiz Paulo Pieri

Chefe de Serviço

Jayme Souza

Chefe da Seção de Gestão de Proposição

Antônio Gomes de Aguiar Neto



Titulares



Leo de Brito
PT/AC
Presidente



Paulão
PT/AL
Vice-Presidente



Toninho Wandscheer
PROS/PR
3º Vice-Presidente



Adelmo Carneiro Leão
PT/MG



Alberto Filho
PMDB/MA



Aníbal Gomes
PMDB/CE



Cacá Leão
PP/BA

COMISSÃO – MEMBROS

Titulares



Delegado Francischini
SD/PR



Hugo Motta
PMDB/PB



Lindomar Garçon
PMDB/RO



Nilton Capixaba
PTB/RO



Pauderney Avelino
DEM/AM



Paulo Pimenta
PT/RS



Pedro Paulo
PMDB/RJ



Uldurico Junior
PTC/BA



Vinicius Gurgel
PR/AP

Suplentes



Antonio Bulhões
PRB/SP



Covatti Filho
PRB/RS



Dulce Miranda
PMDB/TO



Edio Lopes
PR/RR



Edmar Arruda
PSD/PR



Efraim Filho
DEM/PB



Ezequiel Teixeira
PTN/RJ



Esperidião Amin
PP/SC



Heitor Schuch
PSB/RS



Hildo Rocha
PMDB/MA



Izalci Lucas
PSDB/DF



Jorge Solla
PT/BA



Luiz Cláudio
PR/RO



Marcos Reategui
PSD/AP



Paulo Feijó
PR/RJ



Valtenir Pereira
PMDB/MT



Vanderlei Macris
PSDB/SP



Vicente Candido
PT/SP



Wladimir Costa
PMDB/PA



Zeca Dirceu
PT/PR



Zé Geraldo
PT/PA

COMISSÃO – ATRIBUIÇÕES



A Câmara dos Deputados possui vinte e três Comissões técnicas que atuam em áreas específicas, tais como controle, fiscalização, defesa do consumidor, educação, cultura, seguridade social, transporte, esporte, turismo, entre outras. Todas têm competência para fiscalizar os programas governamentais e a aplicação dos recursos públicos federais em suas respectivas áreas de atuação.

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), entretanto, possui competência fiscalizatória mais ampla, abrangendo toda a gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial dos órgãos da administração direta e indireta do Governo Federal.

Também são atribuições da CFFC: o acompanhamento de planos e programas de desenvolvimento nacional ou regional; a tomada de contas do Presidente da República; e a apreciação de representações do Tribunal de Contas da União (TCU) que objetivem a sustação de contratos irregulares.

A CFFC dispõe de quatro principais instrumentos: as Propostas de Fiscalização e Controle (PFC), os Requerimentos de Informação, as Audiências Públicas e as Representações.

Diante de indícios de irregularidades, a Comissão vale-se desses instrumentos para realizar auditorias, diligências, requisitar relatórios, balanços e informações sobre contas ou autorizações de despesas de órgãos e entidades da Administração Federal.

Esses trabalhos podem ser realizados diretamente pela Comissão ou por intermédio do TCU, órgão que tem atribuição constitucional de auxiliar o Poder Legislativo no exercício do controle externo.

A PFC é um eficiente meio de fiscalização colocado a serviço da CFFC e é também utilizada pelas demais Comissões técnicas da Câmara dos Deputados (art. 61, do Regimento Interno). Pode ser apresentada por qualquer deputado à Comissão e o requisito preliminar para sua apresentação é a indicação de fato determinado a ser fiscalizado e a justificativa para a providência solicitada.

As Representações, por sua vez, possibilitam a interação entre o Parlamento e a sociedade na medida em que abrem um canal de comunicação entre eles. As Representações podem ser apresentadas por pessoa física ou jurídica para denunciar atos irregulares ou omissões das autoridades ou entidades públicas.

As denúncias apresentadas pelos cidadãos podem resultar na aprovação de PFC para que a matéria seja investigada com maior profundidade.

A CFFC também realiza audiências públicas, que são reuniões que visam promover o debate de parlamentares com autoridades, técnicos, especialistas e representantes da sociedade civil a fim de instruir matéria sujeita à sua apreciação, inclusive PFC, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevante relacionados às suas competências.

MESA DA CÂMARA	6
COMISSÃO	7
Estrutura Administrativa	7
Membros	9
Atribuições	12
APRESENTAÇÃO	13
REQUERIMENTOS E PROPOSIÇÕES	16
DESTAQUES	16
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	18
VISITAS TÉCNICAS E MESSAS REDONDAS	28
SEMINÁRIOS	35
SUBCOMISSÕES	37
VISITAS À PRESIDÊNCIA DA CFFC	40
ESTÍMULO À FISCALIZAÇÃO	44
EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS	46
EQUIPE/COLABORADORES	47

APRESENTAÇÃO

Fiscalizando e controlando os recursos públicos

CFFC atua como fiscalizadora das políticas públicas e aplicação dos recursos públicos federais.



Em que pese o ano atípico no Brasil, com impeachment da presidenta Dilma Rousseff e todo revés político institucional, aliado ao fato de as Comissões da Câmara só terem começado a funcionar no mês de maio, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) priorizou seus trabalhos indo onde o imposto do cidadão está. Foi ver de perto nos mais longínquos cantos do país a correta aplicação dos recursos públicos, apesar da ação política da base do governo ao obstruir os trabalhos da Comissão.

Quero dizer da minha mais profunda satisfação em ter, neste ano de 2016, presidido a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

Todas as comissões da Câmara podem fiscalizar o uso de recursos públicos, convocar ministros e pedir informações para o governo, porém, uma delas tem como missão principal fiscalizar o trabalho do Executivo: que é a CFFC.

A atuação desta comissão só é possível graças a um trabalho em parceria com o TCU e essa união nos possibilitou realizarmos seminários sobre temas importantes para a população brasileira, como a PEC 241 que congela investimentos por mais de 20 anos.

Mas lembro que o principal instrumento de investigação da comissão, no entanto, é a Proposta de Fiscaliza-

ção e Controle, conhecida como PFC. Qualquer deputado pode apresentar uma proposta. Em seguida, um parlamentar é escolhido para relatar o assunto e fazer um parecer prévio com sugestão de roteiro para investigar as irregularidades apontadas, ou propondo o arquivamento da proposta. Depois que o relatório prévio é aprovado, ocorre a investigação de fato. No fim, um relatório final com os resultados da fiscalização é posto em votação pelo colegiado.

Ainda neste ano, foram apresentados vários Requerimentos de Convite e Convocação de ministros e ex-ministros do governo Temer, por suspeitas de corrupção.

Sob minha Presidência, com o apoio do colegiado, notadamente do companheiro deputado Paulão (deputado federal do PT de Alagoas), vice-presidente da Comissão, pudemos verificar denúncias sobre malversação de recursos

federais em obras estaduais e municipais pelo Brasil afora.

Por outro lado, também pudemos observar através das Visitas Técnicas e Audiências Públicas muitas ações positivas.

Para encerrar o ano da CFFC com chave de ouro fizemos a entrega do prêmio Transparência para atores públicos e da sociedade civil, em que se valoriza a transparência e controle de recursos públicos.

Mais uma vez, quero agradecer aos colegas da Comissão e a todas e todos os gestores públicos que de forma correta exerçam o controle social das ações de seus governos.

Deputado Federal Leo de Brito (PT/AC)

Presidente da CFFC

Deputado Leo de Brito é eleito presidente da CFFC

Eleito por unanimidade, no dia 3 de maio de 2016, para presidir a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, o deputado Leo de Brito (PT-AC) falou dos desafios que vai enfrentar na condução dos trabalhos do colegiado que é um dos mais importantes da Câmara dos Deputados, uma vez que tem o dever constitucional de fiscalizar o uso de verbas e execução de obras a cargo tanto do governo federal quanto das entidades da administração direta e indireta.

Segundo, Leo de Brito, um País justo, humano, igualitário e, sobretudo verdadeiramente democrático só se efetiva com a participação do seu povo em todas as ações governamentais. Portanto, o acesso à informação e o exercício do poder de fiscalização dos atos de seus governantes é parte desse processo.

Advogado e Professor Universitário, Leo de Brito foi eleito para seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados em outubro de 2014 e é autor da obra "Diagnóstico acerca da atual presença de elementos da cidadania participativa e ambiental nas associações civis de pequenos produtores rurais e extrativistas vinculadas à CAPEB" e membro do Corpo Editorial, da Editora Fundação Perseu Abramo de São Paulo.



O parlamentar acreano também é o criador dos encontros chamados "Diálogos pela democracia" que busca reunir a juventude acreana para debater o momento político que o país atravessa. Os diálogos são promovidos pelo gabinete do parlamentar com o objetivo de esclarecer as dúvidas da comunidade e compartilhar informações sobre os bastidores da política, em Brasília.

REQUERIMENTOS E PROPOSIÇÕES

Anualmente, proposições em número considerável deixam de ser analisadas por fatores internos e externos à Comissão. Apesar disso, em 2016, o número de propostas de fiscalização e controle examinadas manteve a média dos cinco anos anteriores, levando em conta que o colegiado começou a atuar apenas no mês de maio e seu trabalho ainda sofreu interrupção devido às eleições municipais.

Nesse curto período foram apreciados 101 requerimentos, sendo 86 aprovados e 15 rejeitados.

Foram também apreciadas 25 Propostas de Fiscalização e Controle, sendo 10 pela implementação da fiscalização e 15 pelo arquivamento. Os requerimentos aprovados geraram 32 pedidos de informações a ministros, onze reuniões de Audiência Pública, oito Visitas Técnicas, seguidas de Mesa Redonda e dois Seminários.



DESTAQUES

Dentre as PFCs, destacam-se os relatórios prévios e finais de quatro Propostas de Fiscalização e Controle solicitando processos fiscalizatórios em contratos celebrados entre a Petrobrás e as empresas bolivianas, no tocante à importação de gás natural daquele país; controle sobre a aplicação de todos os recursos repassados pelo Governo Federal, via empréstimo do BNDES para a CASAN – Companhia de Saneamento de Santa Catarina para realização das obras de implantação do Sistema de Esgotos Sanitários da cidade de Criciúma-SC; verificação “in loco”, se a Gestão Municipal de Dourados no

Estado de Mato Grosso do Sul encontra-se cumprindo integralmente com sua competência administrativa traçada pela Política Nacional de Atenção Básica, em convênio firmado entre a Secretaria Municipal de Saúde e a OSCIP Amigo do Índio, durante o período que compreende os anos de 2011 e 2012; e para apurar o adimplemento do contrato de concessão rodoviária, no trecho Curitiba Florianópolis, durante o período que vai de 15 de fevereiro de 2008 a 15 de fevereiro de 2011.

A PFC 34/2007, de autoria do deputado Ayrton Xerez, foi relatada pelo deputado Paulo Feijó (PR-RJ) que indicou o arquivamento da fiscalização da Petrobrás e as empresas bolivianas.

Já as PFCs 04/2011 e 35/2011, de autorias do deputado Jorge Boeira, foram relatadas pelo Deputado Edinho Bez (PMDB-SC) que decidiu pelo arquivamento da fiscalização na Companhia de Aguas e Saneamento de SC e no contrato de concessão rodoviária do trecho Curitiba-Florianópolis.

Por sua vez a PFC 99/2012, de autoria do deputado Marçal Filho, relatada pelo deputado Jorge Solla (PT-BA), teve o encaminhamento de recomendações e sugestões a Comissão Mista de Orçamento. Após arquivada, o relator indicou o envio do Relatório Final à CMO, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Ministério da Saúde, ao TCU, a CGU e ao Ministério Público Federal.



CFFC requer informações sobre alteração da meta de resultado primário do setor público consolidado

O colegiado da CFFC aprovou no dia 1º de junho, **Requerimento de Informações de autoria do Deputado Adelmo Carneiro Leão (PT-MG) solicitando esclarecimentos aos Ministros da Fazenda e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão a respeito das modificações promovidas no PLN nº 01, de 2016 no tocante à alteração da meta de resultado primário do Setor Público Consolidado.**

Segundo Adelmo Leão, o Governo interino do vice-presidente Michel Temer anunciou, por intermédio de sua área econômica, a alteração da meta fiscal que foi encaminhada ao Congresso Nacional, prevendo um déficit das contas públicas da ordem de R\$ 170,5 bilhões - montante este superior a R\$ 73,8 bilhões ao encaminhado pelo Governo da Presidenta Dilma Rousseff que previa um déficit de R\$ 96,7 bilhões.

“O objetivo da alteração, segundo os Ministros, é dar maior transparência no tocante à meta fiscal, de modo a apresentar para a sociedade a “verdade dos números”. A nosso ver, trata-se de uma alteração significativa que necessita ser avaliada no contexto da função fiscalizatória do Poder Legislativo, destaca o autor.



Transporte da Tocha Olímpica

A CFFC aprovou requerimento do deputado Ezequiel Teixeira (PTN-RJ) solicitando informações aos Ministérios do Esporte e da Casa Civil, quanto aos valores gastos para o transporte e cerimônia da tocha olímpica.

A intenção do parlamentar é saber se há recursos do Governo Federal aplicados no transporte e cerimônia da passagem da tocha olímpica pelo Brasil. Em caso positivo informar a aplicação e utilização dos recursos de forma detalhada. Segundo Ezequiel Teixeira, a fiscalização da correta aplicação de recursos é atribuição do Administrador Público, enquanto ordenador da despesa, dos Tribunais de Contas, bem como, da Câmara dos Deputados, mormente no que tange à função Constitucional da Comissão.

Ministro da Educação fala sobre metas e extinção de programas



Mendonça Filho, ministro interino da Educação, ao ser questionado na CFFC, no dia 5 de julho de 2016, garantiu, ao deputado Paulão (PT/AL), que o governo não estuda mudanças no programa de cotas para o acesso ao ensino superior. A pergunta do deputado se deu em razão do partido do ministro, o DEM, ter questionado junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) as cotas raciais para ingresso no ensino superior público. “Precisamos saber se haverá alguma mudança”, indagou o parlamentar.

Na reunião conjunta da CFFC e da Comissão de Educação, o Ministro disse que seu partido defende cotas sociais, com o ingresso prioritário de pessoas mais pobres, mas que essa não é necessariamente sua posição.

O Ministro foi também questionado pelo deputado Átila Lira (PSB/PI), que se mostrou preocupado com a formação de oligopólios na educação e com a ameaça dessas estruturas econômicas sobre pequenos estabelecimentos de ensino, sobretudo no interior do país. O deputado lembrou ainda que o crescimento exacerbado dos cursos à distância, veiculados em grande parte pela Internet, e dominados por conglomerados de educação internacionais, podem “estrangular” as instituições de ensino no país.

Mendonça Filho disse que cabe ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) analisar a concentração econômica, mesmo na educação. Quanto aos cursos à distância, o Ministro afirmou que eles devem se desenvolver dentro de limites regulatórios.

O deputado Hildo Rocha (PMDB/MA) destacou a necessidade de reajustar o valor pago à merenda escolar, proposta também defendida pelo ministro.

O deputado Glauber Braga (PSOL/RJ) questionou a posição do Ministro sobre uma possível criminalização de professores que manifestam sua ideologia a partir de uma aprovação no Congresso do PL 1411/15. Mendonça Filho disse que o projeto não resolve o problema do assédio ideológico manifestado em sala de aula.

O Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, Leo de Brito (PT-AC), na abertura do evento, destacou que a CFFC criou subcomissão destinada ao acompanhamento e fiscalização de programas federais. “Até mesmo como forma de garantir a continuidade dos programas que estão dando certo desde o governo do Presidente Lula e no Governo Dilma Rousseff.

Ministro da Saúde garante continuidade do Programa “Mais Médicos”

Em audiência Pública na CFFC, no dia 13 de julho de 2016, o Ministro Interino da Saúde, Ricardo Barros, garantiu a continuidade do “Mais Médicos” com o fortalecimento da participação de brasileiros no programa. O ministro destacou ainda na audiência pública realizada em conjunto com outras Comissões que vai buscar uma melhor gestão dos recursos financeiros da pasta, priorizará Sistemas de Informação e fortalecerá as ações de prevenção de doenças. Quanto à votação em segundo turno da PEC 01/15, defendida por vários deputados presentes ao evento, e que estabelece valor mínimo a ser aplicado anualmente pela União em ações e serviços públicos de saúde, o ministro afirmou que ela não é incompatível com o regime fiscal do governo interino, como proposto pela PEC 241/16.

Os deputados da CFFC, Jorge Solla (PT/BA) e Adélmo Carneiro Leão (PT/MG), destacaram nos questionamentos ao ministro a preocupação sobre a continuidade do programa “Mais Médicos” e a renovação do contrato de profissionais estrangeiros. O Ministro garantiu que, existindo o interesse desses médicos em se manterem bolsistas, os contratos serão renovados.

O programa Mais Médicos, iniciado no governo Dilma Rousseff, e que tem mais de 18 mil médicos cadastrados, atende hoje 63 milhões de brasileiros, em mais de 4 mil municípios e 34 distritos indígenas.

Jorge Solla lembrou, ainda, que o setor de Saúde não deve sofrer contingenciamentos baseados no que dispõe a política fiscal proposta. “A PEC 241/16 é uma tragédia. Se fosse aplicada desde 2003, o orçamento para a Saúde seria a metade do que é hoje”, afirmou Solla, acrescentando que o volume de recursos para a Saúde por habitante é baixo na comparação com outros países.

“Reconheço que é subfinanciado”, disse o Ministro da Saúde sobre a insuficiência de recursos destinados ao sistema de saúde no país, “mas não me posicionarei contra a política (econômica). Apoiaremos as decisões do Governo”.

Ricardo Barros disse que outros ministérios tiveram seus orçamentos reduzidos, mas a Saúde ampliou recur-



sos – orçamento de R\$ 118,7 bilhões este ano, valor 8% superior ao que foi executado no ano anterior. Para a deputada Carmen Zanotto (PPS/SC), uma eventual aprovação da PEC 241, reduziria em R\$ 12 bilhões os recursos para a Saúde, somando-se este e o próximo ano.

Das emendas parlamentares de 2015, o ministro afirmou que entre 14 e 15 delas vão ser cumpridas. “Restam R\$1,5 bilhão a serem pagas”.

Ricardo Barros disse ainda que não existe a possibilidade de um eventual desmonte do programa de combate a AIDS do Ministério, como perguntou o deputado Jean Willys (PSOL/RJ). E sobre o comentário do deputado de que a expressão utilizada “Sou Ministro da Saúde, não do SUS” seria uma sinalização de uma gestão voltada ao setor privado da saúde, Barros lembrou que o investimento privado na área é de R\$ 300 bilhões, superando o investimento público de R\$ 240 bilhões. Ele disse ainda ser “preocupante” a situação das Unidades de Pronto Atendimento (UPA) 24 Horas, muitas delas em execução ou concluídas, equipadas e sem funcionamento. Preocupação existe também com o aumento dos gastos com ações judiciais, de R\$ 3,9 bilhões, entre 2010 e maio de 2016. A demanda por medicamentos, pela via judicial, desafia o planejamento financeiro da pasta.

Limitação do serviço de Internet Fixa

Deputados e entidades de defesa do consumidor apontaram ilegalidades e formação de oligopólio por parte das operadoras de telefonia, em audiência pública na CFFC que discutiu a limitação do serviço de internet fixa anunciada no início do ano e suspensa temporariamente pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

A audiência pública realizada na quarta-feira (8/06/2016) foi promovida por duas comissões da Câmara: a de Fiscalização Financeira e Controle; e a de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, a pedido dos deputados Leo de Brito (PT-AC) e JHC (PSB-AL), notadamente para debater a possibilidade ou não do corte dos acessos à rede ao final do pacote de dados contratados.

Estabelecer limites para o tráfego de dados na banda larga fixa --como anunciado por algumas operadoras no início do ano-- seria o mesmo que criar uma internet para os pobres e outra completamente distinta para os ricos, segundo Rafael Augusto Zanatta, pesquisador em telecomunicações do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Direito do Consumidor).

“Isso vai afetar os mais pobres. Portanto, além do problema econômico, há um problema social. Seria muito impactante do ponto de vista social, porque seria criada uma internet dos pobres, sem possibilidade de troca de dados”, alertou Zanatta, que também destacou a ilegalidade jurídica da proposta.

Flávia Lefèvre Guimarães, representante da Proteste (Associação Brasileira de Defesa do Consumidor) também apontou ilegalidades no limite para o tráfego de dados.

“O artigo 4º do Marco Civil da Internet diz que o serviço tem que estar disponível a todos. Serviços essenciais não podem ser interrompidos a menos que o consumidor não pague a conta. Além disso, o princípio da neutralidade da rede estabelece que usuários têm que ser tratados da mesma forma”, destacou Flávia, que defende que contratos anteriores a 2013, antes do Marco Civil da Internet, tenham que ser refeitos com base na nova legislação.

O representante das operadoras de telefonia Carlos Duprat, diretor executivo do SindiTeleBrasil (Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal), disse que a adoção de franquias de dados é a única maneira de permitir a inclusão digital no país e evitar distorções que ocorrem hoje.



“O modelo de franquia requer a devida conscientização dos consumidores a respeito do seu perfil de utilização e a disponibilização de ferramentas que possibilitem o acompanhamento de seu consumo. Só a partir daí vamos aplicar [o modelo] e incluir mais e mais brasileiros”, disse.

Em fevereiro, as operadoras Claro, Net, Oi e Telefônica anunciaram a intenção de não fornecer mais o acesso livre à internet, comercializando pacotes com limites de dados. Ou seja, o consumidor que quisesse usar mais a internet, teria que pagar mais, o que afetaria principalmente quem utiliza os serviços de streaming de vídeo --tais como Youtube e Netflix-- e jogos. A iniciativa ganhou apoio da Anatel, que, após pressão social, publicou uma resolução suspendendo a iniciativa das operadoras por 90 dias e condicionando a mudança a uma série de obrigações das empresas, como a criação de ferramentas que possibilitem ao usuário acompanhar seu consumo e os gastos da sua franquia. Suspensão temporária que, uma semana depois, ganhou caráter de indeterminada.

Furto de cabos de energia e telecomunicações

O furto de cabos de cobre, bem como atos de vandalismo e de receptação desse material de procedência criminosa, são condutas graves que tornam inoperantes os serviços de distribuição de energia elétrica, de telecomunicações e de Internet. Enquanto consumidores perdem acesso aos serviços básicos, o custo de reposição desses equipamentos para as empresas supera R\$ 320 milhões/ano.

As empresas de telecomunicações arcam ainda com outros R\$ 700 milhões em multas aplicadas pela Anatel, como ressarcimento aos usuários que tiveram serviços suspensos, disse Vinicius Guimarães, gerente de Controle de Obrigações e Qualidade da agência reguladora. Esse montante em multas, no entanto, disse Guimarães, envolve não apenas a interrupção de serviços em razão de furtos e vandalismo, mas principalmente, pela falta do fornecimento de energia.

“Não podemos aceitar esse roubo de equipamentos. Precisamos jogar duro e mudar a Lei”, afirmou o deputado Edinho Bez (PMDB/SC), que requereu a audiência pública. O parlamentar da CFFC apresentou Projeto de Lei (PL 5852/16) que altera o artigo 184 da Lei Geral

de Telecomunicações (Lei 9472/97) e trata de sanção penal para atividade exercida com utilização de equipamentos e elementos da rede obtidos por meio criminoso.

Vinicius Guimarães, da Anatel, observou ainda que existem limitações para ampliar a penalização desses criminosos. Para ele, é difícil aferir a extensão do prejuízo causado – se para a estação próxima, para a região ou para um Estado inteiro.

Também falaram na Audiência Pública, o superintendente de fiscalização da agência reguladora do setor elétrico, Aneel, José Moisés Machado da Silva; o presidente da Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica, Nelson Leite e Helton Posseti, gerente executivo da Associação Brasileira de Provedores de Internet,



Mototáxi métr o dará credibilidade ao serviço de Moto Táxi

Instrumento de medição, que beneficiará mototaxistas registrados e o consumidor, entra em fase de testes e custará R\$ 950 ao prestador de serviços.



Em audiência pública realizada no dia 31 de agosto, representantes dos prestadores do serviço, de usuários, técnicos do Governo e parlamentares concluíram que a introdução do instrumento de medição no serviço de moto-táxis vai beneficiar o setor, em razão da credibilidade. "O cenário mudará para os mototaxistas e o serviço, intermediário entre o ônibus e o táxi, ganhará credibilidade", afirmou "Alemão", do Sindicato dos mototaxistas paraense. Os únicos prejudicados pela introdução do mototáxi métr o, de acordo com as associações, serão aqueles que prestam o serviço de forma clandestina.

A prestação de serviços de moto-táxis já é realizada em muitas cidades brasileiras, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Na capital amazonense, Manaus, são 6.600 moto-taxistas registrados. Apenas no Norte e Nordeste do país, segundo informa a Federação Interestadual dos Trabalhadores Mototaxistas, Motoboys e Motofretes, são 280 mil prestadores do serviço.

Na regulamentação do serviço, alguns municípios estabeleceram tarifas para bandeira e quilometragem. Mas, na falta de um instrumento eficaz de medição até o momento, os usuários do serviço pagam o preço que o moto-taxista informa ao final do percurso ou combinou previamente.

O debate por uma política do transporte do moto-táxi no país e a viabilidade de introdução do mototáxi métr o é uma iniciativa do presidente da CFFC, deputado Leo de Brito (PT-AC). O parlamentar apresentou à Câmara o Projeto de Lei 3468/15 que institui a obrigatoriedade do uso do equipamento em municípios com mais de 40 mil habitantes. O PL, que tramita em caráter conclusivo pelas Comissões, está em análise da Comissão de Desenvolvimento Urbano. "Esse debate não tem dissensão. Acredito que no próximo ano a nova regulamentação já poderá ser aplicada", disse Leo de Brito, confiante na aprovação da proposta pelo Congresso.

PEC dos Gastos Públicos

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) debateu, no dia 11/10/2016, com convidados e parlamentares, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/16, que limita os gastos públicos da União pelos próximos 20 anos, corrigindo-os pela inflação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O requerimento para a reunião foi apresentado pelo deputado Paulo Pimenta (PT-RS) e subscrito pelos deputados Paulão (PT-AL), Jorge Solla (PT-BA) e Adelmo Carneiro Leão (PT-MG).

Participaram da Audiência Pública o Dr. Felipe Rezende - economista e professor assistente do Departamento de Economia de Hobart e William Smith Colleges - Genebra; o Dr. Luiz Carlos Prado - professor de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; a Dr^a. Maria Lúcia Fattorelli - coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida e o Dr. Pedro Rossi - professor do Instituto de Economia da Universidade de Campinas - UNICAMP

O presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara, deputado Leo de Brito (PT-AC), lamentou a ausência de representantes do governo na audiência pública. Convidados, os Ministérios da Fazenda e Planejamento não atenderam ao pedido. Segundo Leo de Brito, a PEC 241/16 foi aprovada na noite dia 10/10 sem qualquer aprofundamento do debate em torno do assunto que, a seu ver, irá prejudicar sensivelmente todos os setores da sociedade, notadamente trabalhadores privados e servidores públicos, além da Saúde e a Educação e também os programas sociais do governo federal.

A coordenadora nacional da organização não governamental Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lúcia Fattorelli, disse que a proposta 'congela' todas as despesas primárias", argumentando que não faltam recursos para remunerar as sobras de caixa dos bancos e para os juros mais altos do mundo. Para ela, a PEC 241 protege isso e sacrifica investimentos em saúde e educação"

Maria Lúcia Fattorelli apontou que a dívida pública consumiu 42% do Orçamento da União em 2015, ao passo que as despesas com saúde e educação ficaram em torno de 4% cada.

O professor do Instituto de Economia da Unicamp, Pedro Rossi, criticou a Proposta de Emenda à Constituição 241/16. Na sua avaliação, a PEC impõe um outro proje-

to de País, "incompatível com o previsto na Constituição, com o agravante de não ter passado pelas urnas".

Segundo ele, a proposta é um projeto de redução drástica e brutal do tamanho do Estado, e não apenas um novo regime fiscal. Ele informou que os gastos primários do governo federal representam hoje 20% do PIB, e com a aprovação da PEC, que passa a valer a partir de 2017, essa despesa vai cair para 13%.

Na avaliação do professor de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Luiz Carlos Prado, o congelamento da política fiscal por 20 anos é uma medida grave, porque não considera possíveis mudanças no quadro macroeconômico de longo prazo.

Para o professor assistente do Departamento de Economia de Hobart e William Smith Colleges (Genebra), Felipe Rezende, a proposta do novo regime fiscal vai na contramão do que recomenda o FMI para períodos de recessão econômica, quando é necessário estimular a iniciativa privada.

O deputado Adelmo Leão (PT-MG), que subscreveu o pedido de audiência pública, disse que a Proposta de Emenda (PEC) 241/16, que limita os gastos públicos nos próximos 20 anos, é insustentável para a recuperação econômica, sobretudo, porque exclui o papel da demanda na geração da renda. "Se a situação pode levar a um tempo de recuperação que pode chegar a dez anos, com a PEC podemos ter uma perda de gerações", defendeu.



Reforma na Comunicação Pública

O ex-diretor-presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Ricardo Melo, considera que a reforma na comunicação pública proposta pelo governo do Presidente Michel Temer é contrária à vontade da população.



A declaração foi dada em Audiência Pública realizada no dia 19/10/2016 em que se discutiu a intenção manifesta do Governo Federal em extinguir a EBC. Melo afirmou, ainda, que o processo não está tendo a divulgação e visibilidade necessárias a um posicionamento efetivo de oposição.

O autor do requerimento da audiência, deputado Adelson Carneiro Leão (PT-MG), considerou que a reação contra as decisões tomadas em relação à EBC não deve partir inicialmente da Câmara, mas sim da população. "A maioria do Parlamento sustenta esse processo de golpe", lamentou ele.

O ex-presidente explicou que o objetivo da audiência era reunir representantes do governo para um debate, com explicações sobre as ações tomadas no sentido de encerrar as atividades da empresa.

O presidente da Comissão, Leo de Brito (PT-AC), destacou que o governo não enviou nenhum representante para a sessão, "assim como fez com o debate sobre a PEC 241". Ele disse que o colegiado avalia questionar no Supremo Tribunal Federal as mudanças ocorridas na EBC.

Para o deputado Jorge Solla, (PT-BA) a intervenção do governo na EBC simboliza uma tentativa de controle da mídia, para evitar assim qualquer repercussão contrária ao mandato de Michel Temer.

Durante a audiência, a ex-diretora-presidente da EBC, Tereza Cruvinel, afirmou ainda que iniciativas tomadas pelo governo, como a de tirar o caráter público da TV, pretendem diminuir a oposição ao governo Temer. Para ela, a repercussão do caso não foi tão grande porque as medidas não afetam direitos concretos e de fácil percepção popular.

Privatização de distribuidoras de energia

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) realizou no dia 23/11/2016, Audiência Pública sobre a decisão do governo federal de privatizar as distribuidoras de energia Cepisa, Ceal, Eletroacre, Ceron, Boa Vista Energia e Amazonas Energia.

O autor do requerimento para a realização do debate, deputado Leo de Brito (PT-AC), lembra que as privatizações foram autorizadas este ano por meio de portaria e podem gerar inúmeros prejuízos à população, no sentido de promover demissão em massa de trabalhadores do setor elétrico, precarização do trabalho, má qualidade dos serviços e aumento das tarifas de energia.

“A privatização também põe em risco a execução de diversos programas sociais do governo federal às populações mais carentes, como o Programa Luz Para Todos, que já beneficiou mais de 15 milhões de famílias, sendo o programa uma referência nesse setor a todo mundo”, argumentou o parlamentar que preside a Comissão.

Para a audiência foram convidados e compareceram o presidente do Sindicato dos Urbanitários de Alagoas Nestor Powell; o representante do Sindicato dos Urbanitários



tários do Acre Antonio Américo Figueiredo Filho; representante do Sindicato dos Urbanitários do Acre Cleuson José Gouveia da Silva; o representante da Eletrobras Acre/Distribuição Ricardo Alexandre Xavier Gomes e o vereador da cidade de Rio Branco, no Acre, Marcelo Jucá (PSDC).

Inovações no Controle Público

As experiências inovadoras de atividade de controle externo realizadas pelos Tribunais de Contas Estaduais no Brasil foi o tema de audiência pública No dia 30/11/2016

De autoria do deputado Leo de Brito (PT/AC), a audiência trouxe experiências regionais, do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas Estaduais – Atricon.

Leo de Brito abriu a reunião lembrando da importância da audiência que trata do aperfeiçoamento com inovação da fiscalização do controle externo que é fundamental para que tenhamos mais transparência em nosso país.

Os deputados Edinho Bez (PMDB/SC) e José Geraldo (PT/PA) lembraram que a iniciativa da Comissão é importante principalmente para que novos pre-

feitos, sem experiência, possam ter mais segurança em suas medidas com apoio dos Tribunais de Contas.

Além dos expositores representantes do TCU e da Atricon, também apresentaram suas experiências inovadoras a Conselheira do TCE do Tocantins, Doris Coutinho; representante do Tribunal do Acre, Roney Caldeira; o diretor de gestão e modernização do TCE do Mato Grosso do Sul, Douglas Avedikian e do Tribunal de Contas de Minas Gerais, Jaqueline Vianna de Paula. Para eles, todos entusiastas de uma participação mais efetiva dos tribunais pelo Brasil, por meio da criação de um Conselho Nacional de Tribunais de Contas.

Agentes Lotéricos

Segundo a Associação dos Lotéricos de São Paulo e Interior, os últimos reajustes oferecidos pela Caixa não repõem a inflação e, atualmente, a instituição financeira deveria pagar R\$ 0,72 por serviço bancário prestado pela lotérica, mas paga apenas R\$ 0,58.



Cerca de dois mil agentes lotéricos cobraram da Caixa Econômica Federal, em debate, realizado no mês de junho, no Auditório Petrônio Portela, do Senado Federal, um aumento de 23,39% nos repasses dos serviços bancários da instituição prestados pelos lotéricos. O debate reuniu empresários do setor e de entidades representativas.

O evento, promovido pelas Comissões de Fiscalização Financeira e Controle; Finanças e Tributação; e Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e Serviços, ouviu o presidente da Associação dos Lotéricos de São Paulo e Interior, José Manuel Gouveia, que destacou que os últimos reajustes oferecidos pela Caixa não repõem a inflação. "Estamos perdendo dinheiro".

Outro tema abordado foi o da segurança. Os lotéricos exigem que a Caixa Econômica Federal se responsabilize pelos transportes de valores.

Para o Superintendente Nacional de Operações de Varejo da Caixa Econômica Federal, Cleverton Tadeu Santos, a Caixa está sempre aberta a negociar. Ele disse que o banco tem feito investimentos nas lotéricas e que o objetivo é viabilizar mais serviços bancários nas lotéricas. "A ideia é ampliar o faturamento e a gama de serviços", afirmou.

Um dos proponentes do debate, o deputado Valtenir Peireira (PMDB-MT), da CFFC, afirmou que as loterias são o banco da cidadania por realizarem pagamentos e benefícios sociais.

"Na verdade, os lotéricos são uma mini Caixa Econômica que está instalada na periferia das cidades, lá nos distritos dos municípios, nas comunidades longínquas da sede dos municípios. É a Caixa Econômica Federal presente no dia a dia do cidadão através dos lotéricos. O que acontece? Eles estão reclamando, e com razão, da baixa remuneração dos serviços prestados", destacou o parlamentar.

Programa Nuclear, Amazônia Azul e Proantar

Entre as últimas atividades da Câmara dos Deputados no ano de 2016 está a Audiência Pública sobre o Programa Nuclear Brasileiro e dos Programas Amazônia Azul e Proantar. Foram convidados para esta atividade, requerida pelo deputado federal, licenciado do mandato, Sibá Machado (PT/AC), o diretor-geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha, Almirante de Esquadra Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Júnior; o diretor do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo, Contra-Almirante André Luis Ferreira Marques; e o secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, Contra-Almirante Renato Batista de Melo.

Com a presença de 13 deputados, membros efetivos e suplentes da CFFC, a audiência foi conduzida pelo vice-presidente da Comissão, deputado Paulão (PT/AL), que lembrou a ausência do colega Sibá Machado por estar exercendo cargo executivo em seu Estado, mas que o parlamentar é um dos grandes entusiastas da matéria.

Em seguida o Deputado Paulão destacou a importância do tema tratado na audiência, estratégico para nosso país e também para a América do Sul, e concedeu a palavra à Deputada Janete Capiberibe (PSB/AP). Ela frisou a importância de cada parlamentar programar uma visita à Antártica, para conhecer o programa brasileiro e compreender a necessidade de apoio à demanda orçamentária. A deputada registrou que o programa Proantar é um projeto de ponta, e indagou qual seria o percentual de recursos recebidos do Fundo da Marinha Mercante (hoje da ordem de R\$3 bilhões). Colocou-se também à disposição da Marinha do Brasil para ajudar a divulgar e dar visibilidade ao projeto, e comprometeu-se, também, a apresentar emenda individual, que destine recursos ao Proantar em 2018.

Na sequência das apresentações dos expositores convidados, o Deputado Paulão destacou alguns tópicos entre os que foram apresentados: a importância da sinergia observada entre os diversos órgãos e ministérios responsáveis pelo projeto nuclear brasileiro, e também entre as instituições militares e um ministro civil, que hoje ocupa a pasta da Defesa.

Paulão lembrou aos convidados sobre o calendário parlamentar: o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOA), e sugeriu que em 2017 fosse agendada para o período de maio ou junho, uma nova audiência, com o mesmo tema e dados atualizados, uma vez que em setembro começa a disputa orçamentária, que vai até o mês de dezembro. E, a partir desse evento, sensibilizar o maior número possível de deputados.



O deputado lembrou também das emendas apresentadas pelas Comissões, e algumas são sensíveis à causa e aos projetos da Marinha. Quanto à questão energética, o Deputado Paulão defendeu a existência das usinas nucleares no país, destacou a importância estratégica da Marinha nos diversos projetos relacionados ao tema, e também da construção do reator nuclear, além de frisar que um aspecto que merece melhor debate com a sociedade e maior esclarecimento é a medicina nuclear, que deveria ser o principal ponto de todo o programa.

Paulão manifestou suas dúvidas quanto ao envolvimento do Almirante Othon Pinheiro da Silva, ex-presidente da Eletronuclear, em atos de corrupção apurados pela operação Lava Jato, uma vez que o programa nuclear tem importância e impacto em toda a geopolítica mundial, afeta interesses diversos, o que reforça sua desconfiança quanto à condenação do Almirante Othon. E finalizou enfatizando a alta capacidade e domínio tecnológico já apreendido pela Marinha do Brasil, o que coloca nosso país entre as pouquíssimas nações capacitadas a explorar a energia nuclear.

Ponte sobre o Rio Madeira em Abunã (RO)

Com quase 40% da obra concluída, ponte deve ser entregue no primeiro semestre de 2018.



Uma comitiva da CFFC, integrada pelos deputados Leo de Brito, Lindomar Garçon e Nilton Capixaba, esteve, no dia 16 de junho de 2016, no Distrito de Abunã, município de Porto Velho-RO, para verificar in loco a situação das obras da Ponte sobre o Rio Madeira, ligando Rondônia ao Acre.

Segundo Leo de Brito, somente quem viveu as consequências do isolamento causado pela enchente histórica que inundou parte da BR 364 reconhece a importância de uma obra como a ponte sobre o Rio Madeira, interligando os estados do Acre e Rondônia. Por aproximadamente um mês, um trecho importante da estrada ficou bloqueado. O nível do rio chegou a 19,74 metros, um recorde nos últimos 50 anos.

Ainda em 2014, a presidente Dilma Rousseff anunciou a realização da obra, elegendo-a como priorida-

de em seu governo. Avaliada em R\$ 172 milhões, a construção da ponte teve início em outubro do mesmo ano.

De acordo com o superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Sérgio Mamany, as obras não foram paralisadas, apenas tiveram o ritmo de trabalho reduzido. "Foi necessário realizar uma série de contingenciamentos, o que acabou diminuindo o ritmo de trabalho, mas estamos seguindo à risca o cronograma e vamos entregar a obra no tempo previsto", disse.

Ao todo, são mais de três quilômetros de extensão entre os dois estados. Segundo informações do DNIT quase 40% da obra foi concluída. Estima-se que a ponte seja entregue no primeiro semestre de 2018.

Jogos Olímpicos

Em agosto de 2016 o Brasil sediou o maior evento esportivo do mundo. Trata-se dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Durante 19 dias, o Rio de Janeiro foi a capital mundial do esporte.

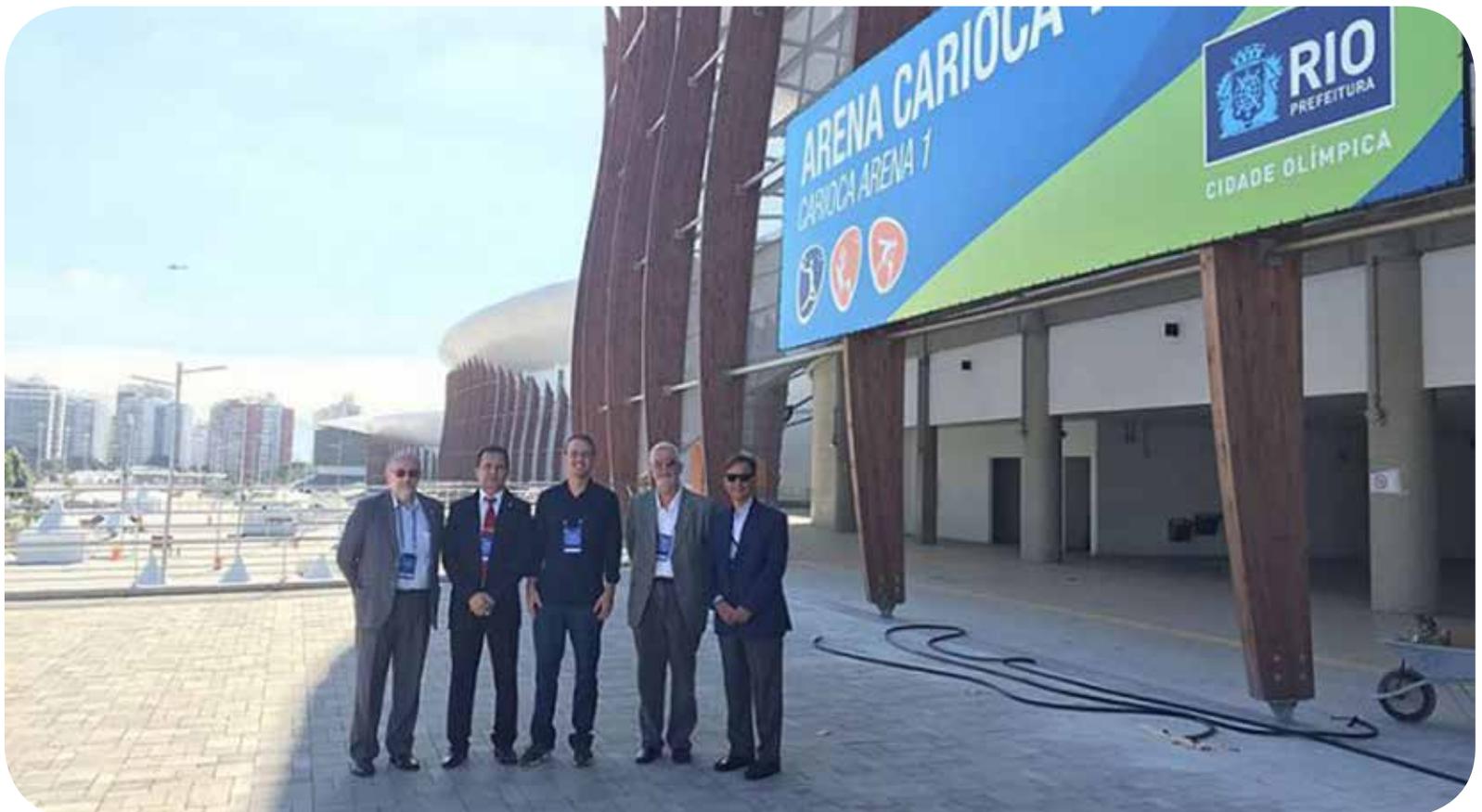
Visando fiscalizar a aplicação dos recursos públicos na preparação do evento, uma comissão de deputados da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), da Câmara dos Deputados, composta pelos deputados Leo de Brito (PT-AC), Marcos Reategui (PSD-AP) e Jorge Solla (PT-BA), visitou o Parque Olímpico, localizado na Barra da Tijuca, principal polo de competição, no dia 27 de junho de 2016. Também integraram a comitiva para a fiscalização o auditor do TCU Marcio Pacheco e a servidora da CFFC Márcia Franca.

Durante o percurso foram realizadas apresentações do projeto em seus aspectos institucionais por Aegmar Sanctos - Diretor de Relações Institucionais da Au-

toridade Pública Olímpica-APO e outra em seus aspectos técnico-financeiros pelo Dr. Raimundo Macêdo.

A comitiva passou pelas principais obras do parque. O deputado federal Leo de Brito afirma que esse é um dos principais trabalhos da CFFC atualmente e que já tem bons resultados.

“As obras das Olimpíadas são as principais que estamos fiscalizando pela Comissão. Temos acompanhado por meio da subcomissão e com relatórios periódicos do TCU. Estamos felizes porque as obras já estão finalizadas. Em breve, todos os olhares do mundo estarão voltadas para o Brasil e certamente o país vai fazer bonito”, disse.



VISITAS TÉCNICAS E MESAS REDONDAS

Duplicação da BR 135 no Maranhão

Deputados constatarem retomada da obra de duplicação da BR-135 e previsão de entrega para 2017.

“Retomamos a obra em ritmo acelerado e vamos concluí-la em abril do próximo ano”, afirmou, categoricamente, o engenheiro Cláudio dos Santos, da construtora Aterpa, perante os membros das Comissões de Obras e Serviços Públicos, da Assembleia, e de Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados. A informação foi dada durante uma visita técnica realizada por uma comitiva de deputados federais e estaduais, técnicos do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT) e diretores da Companhia de Água e Esgoto do Maranhão (CAEMA), para verificar o andamento das obras de duplicação da BR-135 e do Projeto Italuís II.

A visita da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara aconteceu por força do Requerimento apresentado pelos deputados federais Hildo Rocha (PMDB) e Alberto Filho (PMDB), membros titulares da comissão.

O deputado Alberto Filho (PMDB) disse que, por intermédio de apresentação de emendas impositivas por parte da bancada federal maranhense ao Orçamento da União de



2017, os outros dois trechos da duplicação da BR-135 já estão com recursos garantidos. “Portanto, os dois outros trechos (Bacabeira/Entroncamento e Entroncamento/Miranda) são obras de execução obrigatória por força do caráter das emendas impositivas, por isso serão executadas”, esclareceu.

Projeto Italuís II



A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle também visitou, na oportunidade, a execução da obra do Projeto Italuís II, do Governo Federal, com 19 km de extensão de tubulação de aço platinado, material mais resistente à ação do salitre. Orçada, hoje, em R\$ 138 milhões é realizada em parceria com o Governo do Estado. A obra é executada pelo consórcio EIT/EDECANSIL/PB. “Em outubro deste ano, entregaremos esta importante obra para a população maranhense, que sofreu atraso devido a erros técnicos apresentados no projeto inicial”, explicou o presidente da CAEMA, David Peres.

Além dos deputados Hildo Rocha e Alberto Filho, os deputados Juscelino Filho (DEM), coordenador da bancada federal do Maranhão, Weverton Rocha (PDT) e Rubens Júnior (PC do B) também participaram da visita.

Comissão vai a Campinas fiscalizar obras do Projeto Sirius

Os deputados Leo de Brito (PT/AC), presidente da CFFC, e Sibá Machado Oliveira (PT/AC), cumpriram agenda, no dia 10 de agosto de 2016, na cidade de Campinas, interior de São Paulo. Os parlamentares realizaram visita técnica às obras do Laboratório de Luz Síncrotron, o Sirius, projeto que conta com um fomento governamental de mais de R\$ 1,7 bilhão e que, como lembrou Leo de Brito, “representa a Ciência brasileira”.

“Os deputados aproveitaram a oportunidade para conhecer a estrutura e o funcionamento de outros laboratórios do complexo do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), organização social ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). “Podemos ver de perto o quanto o nosso país está avançando em ciência e tecnologia, graças aos investimentos feitos pelos Governos Lula e Dilma Rousseff.

A iniciativa do requerimento para a visita técnica, aprovado pela comissão, é do deputado Sibá, que é membro da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Leo de Brito e Sibá Machado foram recebidos pelo diretor geral da entidade, o engenheiro eletrônico e professor emérito da Unicamp Rogério César de Cerqueira Leite. Em seguida, percorreram as obras do Sirius, uma das mais sofisticadas do País, com exigências de estabilidade mecânica e térmica sem precedentes para não comprometer a trajetória dos elétrons.

Com conclusão prevista para 2018, o projeto já está quase 30% concluído e ocupará 68 mil m². Segundo o diretor do LnlS, Antônio José Roque, aproximadamente R\$ 600 milhões já foram contratados até o momento. “Temos a luz síncrotron mais brilhante do mundo”, comemora.



Embraer: avião de transporte militar KC-390

Membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC) realizaram, no dia 11/11/2016, visita técnica à unidade da Empresa Brasileira de Aeronáutica - Embraer, na cidade de Gavião Peixoto (SP). Na ocasião, a comitiva de deputados pôde conhecer detalhes do programa de desenvolvimento da aeronave de transporte militar KC-390.



O Requerimento de visita técnica, de autoria do presidente da Comissão, deputado Leo de Brito (PT/AC), e subscrito pelos deputados Ezequiel Teixeira (PTN/RJ), Valtenir Pereira (PMDB/MT) e Marcos Reategui (PSD/AP), foi aprovado em maio pela Comissão e agora, a convite do Comando da Aeronáutica, os parlamentares tiveram a oportunidade de conferir o processo de produção da aeronave, que envolve a integração de tecnologias e sistemas eletroeletrônicos de bordo de última geração.

Segundo o deputado Leo de Brito, a iniciativa da CFFC deu

transparência a “um dos grandes projetos estratégicos do país, que será referência mundial em termos de cargueiros militares”. O presidente da Comissão ressaltou, ainda, a importância desse programa não só para a defesa, mas também para a economia nacional, com a venda da aeronave a outros países.

Para o vice-presidente da Comissão, deputado Paulão (PT/AL), garantir o desenvolvimento de um projeto brasileiro com o alcance internacional que terá este jato da Embraer é fundamental. O KC 390, resalta o parlamentar, é um programa de Estado, e não de Governo.

Obras do BNDES no Maranhão

Uma comitiva da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados realizou, no dia 02/12/2016, visita técnica ao Estado do Maranhão. Liderada pelo deputado Hildo Rocha (PMDB/MA), autor do requerimento, que sugeriu a missão em três cidades do estado nordestino, esclareceu que a visita busca explicações para o descumprimento dos cronogramas de execução das obras e outras questões referentes à aplicação dos recursos provenientes de empréstimo contraído junto ao BNDES.

O pedido da visita técnica justifica-se pela implantação do Programa Viva Maranhão que contempla investimentos de 3,8 bilhões entre 2013 e 2016 nas áreas de saúde, saneamento básico, qualidade no ensino, segurança pública, qualificação profissional e capacidade científica e tecnológica.

Além do parlamentar maranhense, acompanharam a visita o deputado titular da comissão Valtenir Pereira (PMDB/MT), um técnico da comissão e, a con-

vite, a representante da Assembléia Legislativa do Maranhão, deputada estadual Andrea Murad (PMDB).

Ao final, Hildo Rocha explicou que a Comissão irá confrontar os dados apurados na fiscalização com documentos referentes a cada uma das obras fiscalizadas para em seguida debater o assunto com todos os integrantes do Colegiado. O deputado adiantou que em todas as obras fiscalizadas foram constatadas irregularidades.



Usina Termoelétrica do Rio Madeira

Em visita Técnica seguida de Mesa Redonda para acompanhamento e fiscalização sobre avaliação de viabilidade da Usina Térmica no Rio Madeira e da Eletronorte, os deputados Leo de Brito (PT/AC), presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados e o deputado Luiz Cláudio (PR/RO), membro da CFFC defenderam a viabilização de investimentos na área de gás para fazer voltar a funcionar as duas usinas termoelétricas da cidade de Porto Velho. As Usinas, que estão paradas momentaneamente pela falta de combustíveis fósseis, aguardam um parecer do governo local e Federal para a utilização de gás natural.



O Requerimento nº 250/2016, de autoria do Deputado Luiz Cláudio, foi aprovado pela Comissão e a visita técnica aconteceu no dia 08/12/2016, com a presença dos dois deputados da Comissão e os deputados estaduais de Rondônia Ribamar Araújo (PR) e Alex Redano (PSD). Durante a missão, os participantes ouviram esclarecimentos de técnicos das empresas sobre o funcionamento e a necessidade de mantê-las em funcionamento.

VII Seminário Nacional de Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos

A PEC 241 e o Novo Regime Fiscal.

No momento em que a oposição ao governo do presidente Michel Temer no Senado lança a Campanha em favor do referendo sobre a Proposta de Emenda à Constituição 55, a mesma PEC 241 já aprovada em dois turnos na Câmara, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) realizou no dia 21 de novembro de 2016 o VII Seminário Nacional de Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos, em que foi debatido a PEC 241 e o Novo Regime Fiscal.

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do novo regime fiscal - que recebeu o número 241 na Câmara dos Deputados e 55 no Senado Federal - foi debatida durante um dia inteiro por iniciativa da CFFC, em 21 de novembro, no VII Seminário de Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos. A discussão iniciou na solenidade de abertura e se estendeu em três painéis temáticos.

Os dois primeiros painéis analisaram a PEC 241/55 quanto aos impactos na Política Econômica Brasileira e nas Finanças Públicas, com a presença de representantes dos ministérios do Planejamento e da Fazenda, do Tribunal de Contas da União, de acadêmicos e pesquisadores, que consideraram diversos aspectos.

O terceiro painel discutiu os impactos sociais, com exposições de consultores do Senado e da Câmara e de professor da Universidade de Brasília, considerando-se o arcabouço histórico-constitucional e o sistema orçamentário.

Durante o Seminário, as exposições dividiram-se em apoio e repulsa aos dispositivos da PEC 241/55. A posição de apoio afirmou que as soluções apresentadas são válidas economicamente, trarão confiança aos agentes do mercado nacional e internacional, passo necessário para a retomada do crescimento econômico com estabilidade econômica, equilíbrio orçamentário e previsibilidade de retorno ou dos riscos de investimentos.



A posição contrária, entretanto, realçou a inconstitucionalidade de diversos dispositivos e, além disso, que o ajuste foca na redução ou na contenção por muitos anos do crescimento de despesas obrigatórias, deixando de lado as possibilidades reais de aumento das receitas, o que penalizaria os setores mais necessitados da população.

As experiências internacionais foram utilizadas por expositores que defenderam a proposta e por alguns que a criticaram. Os primeiros afirmaram que dispositivos semelhantes foram utilizados nos últimos períodos por países europeus em crise. Os críticos indicaram que as experiências internacionais não alcançaram os resultados esperados e estariam em rediscussão até no âmbito dos núcleos principais de economistas vinculados ao Fundo Monetário Internacional.

A necessidade de evitar o caos econômico e de garantir a confiança na economia para desenvolver foi um dos principais argumentos favoráveis. A duração por 20 anos de medidas que penalizariam em excesso a maioria da população trabalhadora foi uma das críticas mais contundentes.

O conteúdo integral e a análise dos resultados do seminário terão uma publicação em forma de separata a ser distribuído a lideranças da sociedade civil e governamental.

Marco Legal da Primeira Infância

No contexto do IV Seminário Internacional do Marco Legal da Primeira Infância, iniciativa conjunta de várias Comissões da Câmara dos Deputados, incluindo a CFFC, a audiência pública “Desafios da construção de instrumentos de monitoramento do desenvolvimento infantil e das políticas públicas” destacou aspectos do marco legal da primeira infância (Lei Federal 13.257/16), recentemente sancionada, como o necessário monitoramento de sua aplicação. O evento apresentou também experiências práticas de trabalho social realizado no país para ampliar possibilidades de desenvolvimento emocional e intelectual de crianças com carência afetiva e material.

Um trabalho nesse sentido, o projeto desenvolvido pelo pediatra norte-americano Alan Mendelsohn na capital de Roraima, Boa Vista, com o apoio da prefeitura local, amplia perspectivas de crianças carentes, reduzindo disparidades de formação, a assimetria social, e aumentando as chances futuras de sucesso na escola e, futuramente, em suas vidas.

O programa adota a leitura como instrumento para ampliar a interação entre pais e filhos, seja em casa ou em oficinas. Nesse processo, as crianças envolvidas melhoram sua capacidade de expressão, ampliam a cognição e a capacidade de envolvimento social e emocional. “O QI medido, a capacidade de aprender, aumentou em 27%”, afirmou o norte-americano.

Além dos benefícios diretos à criança, a proposta ampliou o envolvimento dos pais e reduziu a punição física.

“O trabalho realizado em Boa Vista tem valor emocional, de apoio e carinho à criança, o que leva ao desenvolvimento cognitivo”, disse o deputado Osmar Terra (PMDB/RS).

“Uma sociedade que não toma conta de suas crianças não tem futuro”, afirmou o deputado Paulão (PT/AL), primeiro vice-presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, parabenizando a experiência relatada e o evento realizado pela Câmara. “É uma agenda fundamental numa Casa que tem uma agenda adversa e antipovo”, afirmou.

A realização da audiência pública, em conjunto com a Comissão de Seguridade Social e Família, para debater sobre a definição do objetivo, dimensões e estratégias de uma base de dados sobre a primeira infância foi proposto pela deputada Dulce Miranda (PMDB/TO).



Subcomissão dos Jogos Olímpicos elege presidente e indica relator



Em reunião realizada no dia 18 de maio (quarta-feira), a Subcomissão Permanente dos Jogos Olímpicos 2016, elegeu como presidente o Deputado Valtenir Pereira (PMB-MT). Em seguida o Presidente indicou para Relator da Subcomissão o deputado Ezequiel Teixeira (PTN-RJ).

O próximo passo será a apresentação do Plano de Trabalho. Ainda sobre as Olimpíadas foi marcada uma visita dos membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle-CFFC às obras do Parque Olímpico na cidade do Rio de Janeiro nos dias 7 e 8 de julho de 2016. O Requerimento para a Visita Técnica, seguida de Mesa Redonda, é de autoria do deputado Leo de Brito (PT-AC), presidente da CFFC.

Jogos Olímpicos

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle-CFFC, aprovou em 11/05/2016, requerimento de autoria do deputado Leo de Brito (PT-AC), Presidente do colegiado, para a realização de Visita Técnica, seguida de Mesa Redonda, para conhecer de perto os preparativos e as obras concluídas e em andamento destinadas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, na cidade do Rio de Janeiro-RJ

Para o deputado acreano é importante a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle fazer o acompanhamento destas obras, inclusive com a atuação da Subcomissão dos Jogos Olímpicos que já esta sendo instalada na CFFC, uma vez que a realização dos jogos envolve a aplicação de uma elevada quantia de recursos da união e a exemplo do que ocorreu na Copa do Mundo de 2014, espera-se que o evento coloque o Brasil, mais uma vez, no topo dos melhores organizadores de eventos esportivos e que o legado do evento contribua para a melhoria da qualidade de vida, principalmente na cidade sede, o Rio de Janeiro.



Telefonia, Banda Larga e afins

A CFFC também aprovou, no dia 11 de maio de 2016, a criação da Subcomissão Especial de telecomunicações para acompanhamento e fiscalização operacional dos serviços de telefonia fixa, móvel, banda larga e afins.



O requerimento para a criação é de autoria do deputado Leo de Brito (PT-AC), que justificou a importância da Subcomissão que terá por objetivo principal dar continuidade e ampliar os trabalhos iniciados pelo Grupo de Trabalho das Telecomunicações que atuou em 2013 e também da Subcomissão Especial instalada em 2014 e 2015 na CFFC, hoje presidida pelo Parlamentar acreano

Segundo o deputado Leo de Brito, o setor de telecomunicações é um dos segmentos mais prósperos da economia brasileira, mas apesar disso, a realidade da prestação do serviço ao consumidor é caracterizada por recordes de reclamações. Em 2014, no período entre janeiro e dezembro, 1,1 milhão de reclamações foram registradas junto à Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações – e

este número tendeu a crescer em 2015 e 2016, para protestar contra os péssimos serviços prestados pelas empresas de telefonia móvel, fixa e banda larga, ressaltando aqui a polêmica em torno da Internet ilimitada na Anatel.

“O Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas do Ministério da Justiça, por sua vez, mostra que as empresas de telefonia móvel são campeãs de reclamações nos Procons em todo o Brasil. E é nesse sentido que a subcomissão irá se empenhar doravante na proposição de uma legislação federal que unifique regras, procedimentos e formas de fiscalização dos serviços de telefonia fixa e móvel e Banda Larga e afins, além de alternativas que venham a ser detectadas no decorrer desses trabalhos”, afirmou o deputado Leo de Brito.

Subcomissão para acompanhamento dos Programas Federais

Em reunião da Subcomissão Permanente para Acompanhamento e Fiscalização dos Programas Federais, realizada na quarta-feira (15/06/2016), o deputado Lindomar Garçon (PRB-RO) foi eleito para presidir o colegiado que irá acompanhar e fiscalizar, notadamente, a continuidade dos Programas do Governo Federal, especialmente o Programa de Aceleração do Crescimento e o Programa Minha Casa Minha Vida.

Nomeado relator da subcomissão, o deputado Zeca Dirceu (PT-PR), disse comungar com as ideias da Presidência e para tanto irá apresentar um plano de trabalho desafiador, para acompanhar e fiscalizar, em todo o Brasil, a execução e a manutenção dos programas ainda existentes no Governo Michel Temer, sobretudo aqueles implantados nos governos anteriores de Lula e Dilma Rousseff.

A subcomissão é composta de cinco titulares e cinco suplentes conforme relação a seguir:

Titulares: Deputados Lindomar Garçon (PRB-RO), Zeca Dirceu (PT-PR), Alberto Filho (PMDB-MA) Vicente Cândido (PT-SP) e Adelmo Carneiro Leão (PT-MG)

Suplentes: Deputados Nilton Capixaba (PTB-RO), Mauro Benevides (PMDB-MA), Jorge Solla (PT-BA), Valtenir Pereira (PMDB-MT) e Izalci (PSDB-DF).

O presidente Lindomar Garçon marcou a primeira reunião para apreciação do plano de trabalho do relator Zeca Dirceu para o dia 28 de junho, terça-feira, as 19 horas, na sala da Presidência da CFFC.



Subcomissão aprova Plano para acompanhamento de programas federais

Com a presença de seu presidente, deputado Lindomar Garçon (PRB/RO), de seu relator, deputado Zeca Dirceu (PT/PR), e do deputado Adelmo Carneiro Leão (PT/MG), a Subcomissão Permanente de Acompanhamento e Fiscalização de Programas Federais (Subprofe), aprovou nesta semana o Plano de Trabalho que norteará suas atividades.

O Plano prevê encontros e visitas técnicas, se necessário, nos Estados e no Distrito Federal, além da realização de audiências públicas e seminários na sede da Câmara dos Deputados. Entre outras indicações, está previsto o apoio do Tribunal de Contas da União para o detalhamento de situações específicas de programas em andamento ou com ações em atraso. Na pauta já consta o programa que abrange as obras de transposição do Rio São Francisco.

VISITAS À PRESIDÊNCIA DA CFFC

CFFC debate com TCU inovações tecnológicas e ações conjuntas

Em reunião de trabalho, seguido de café da manhã, com o presidente e equipe técnica do Tribunal de Contas da União, no dia 9 de junho de 2016, na sala de reuniões da CFFC, foram debatidas as inovações tecnológicas do TCU e o aprimoramento dos trabalhos TCU/CFFC.



Além do presidente da CFFC, Leo de Brito, estiveram presentes os deputados Jorge Solla (PT-BA), Edinho Bez (PMDB-SC), Valtenir Pereira (PMDB-MT) e o presidente da CCJ, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR).

O presidente do TCU, Aroldo Cedraz falou sobre as inovações tecnológicas em curso no tribunal, ressaltando o Diálogo Público - Contencioso de Massa e Regulação de Serviços Públicos, que tem por objetivo debater três perspectivas do fenômeno do contencioso de massa no Brasil: governança do Poder Judiciário; déficit de regulação de serviços públicos; e o papel das instituições públicas na concretização do art. 985 §2º do CPC/2015, evento a ser realizado no Auditório do TCU no dia 20 de junho de 2016.

CFFC recebe lideranças indígenas do Estado do Acre

O presidente da CFFC, deputado Leo de Brito, recebeu na segunda-feira (20/6/2016), lideranças indígenas do Acre, representantes de oito etnias (Manchiney, Jaminawa, Yawanawa, Kaxinawa, Ashaninka, Huni kuí, Nawa, Kulina), que solicitaram apoio em temáticas relevantes para a comunidade indígena do estado e que interferem diretamente na vida dessas comunidades.

Dentre os pleitos apresentados ao parlamentar acreano, destaca-se o pedido de apoio na votação contra a PEC 215; dispendo sobre competência na demarcação de terras indígenas; Apoio na regularização das Terras Indígenas (TI); Apoio na implementação da atenção à saúde indígena no Estado do Acre com vistas ao estabelecimento de pontos estratégicos de atendimento à saúde em locais de difícil acesso na região do Alto Juruá, capacitação/atualização para os Agentes Indígenas de Saúde e intervir junto à Sesai e à Funai sobre o aumento no número de casos de suicídios nas aldeias Kulina no município de Santa Rosa do Purus – AC.

As lideranças indígenas também pediram maior Fiscalização das Terras Indígenas e apoio em relação ao processo que se encontra no IPHAN sobre o reconhecimento da grafia Kaxinawa.

O deputado Leo de Brito colocou-se à disposição das lideranças para atuar junto ao Grupo de Trabalho da Câmara de Vereadores do município de Plácido de Castro, que discute sobre o uso do Parque Ecológico pelos indígenas da região.



Fenacom busca apoio na luta contra assassinatos de comunicadores



A diretoria da Federação Nacional dos Comunicadores (Fenacom) se reuniu em 09/08/2016 na presidência da CFFC, com o deputado Leo de Brito (PT/AC), para solicitar ao parlamentar que subscreva proposta de lei para tornar crime hediondo o assassinato de profissionais da comunicação em exercício de sua profissão. O parlamentar considerou relevante a iniciativa e a proposta de trabalho da Fenacom.

O presidente da Fenacom, o radialista Fábio Camilo, destacou ao parlamentar que o Brasil é o terceiro país no mundo no triste ranking de execuções de jornalistas, ficando atrás apenas da França, que no ano passado registrou 9 assassinatos, e da Síria, país em guerra que contabilizou a execução de 13 profissionais da imprensa.

Presidente da CFFC firma parceria com Tribunal de Contas do Acre

Em visita ao Tribunal de Contas do Estado do Acre (TCE), o deputado federal Leo de Brito definiu um calendário de atividades a serem realizadas ainda este ano em parceria com o órgão.

O parlamentar foi recebido pela presidente do TCE, Naluh Gouveia e o conselheiro José Augusto Araújo. Na oportunidade, conversaram sobre o lançamento da Cartilha de Fiscalização Financeira e Controle, previsto para o fim do ano. O material será distribuído em todas as câmaras municipais do estado, com o objetivo de aperfeiçoar e disseminar o processo fiscalizatório no País, papel exercido pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), atualmente presidida por Leo de Brito.

Durante a visita, Leo de Brito também se comprometeu em visitar à Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, acompanhando a Presidente do TCE do Acre. O parlamentar também deve realizar, em parceria com o Tribunal, uma Audiência Pública sobre Controle Externo no Estado e as práticas atuais.

Para Naluh Gouveia, a cooperação firmada com o parlamentar deve destacar as ações realizadas pelo tribunal do Acre e demais unidades da federação. "A nossa missão é acompanhar, tecnicamente, o trabalho do legislativo, por isso essa parceria é tão importante para nós. Além disso, temos ações e projetos que são desenvolvidos em todo Brasil e acreditamos que essa parceria é importante para dar maior visibilidade ao que os tribunais estão fazendo", declarou.



VISITAS À PRESIDÊNCIA DA CFFC

Marinha fala sobre atuação na Amazônia



O presidente da CFFC, Leo de Brito, recebeu os assessores Gustavo Pazinato da Cunha, Erika Las Casas Leão, Fábio Tayarol Marques e Leonardo Taumaturgo Pavoni, da Marinha do Brasil, a quem o deputado agradeceu a assistência social e de saúde que a instituição oferece aos habitantes do interior da Amazônia. Neste sentido, ele destacou a importante assistência hospitalar prestada anualmente pelo navio Doutor Montenegro a milhares de ribeirinhos do interior do Acre, em especial do Vale do Juruá.

Os assessores da Marinha convidaram o deputado Leo de Brito para conhecer de perto as atividades da Marinha na Amazônia e a tecnologia que vem sendo desenvolvida pela Força para ampliar e melhorar o seu trabalho de segurança nacional junto com as duas outras Forças Armadas do país, que são a Aeronáutica e o Exército. Eles apresentaram o deputado com o exemplar do livro "Amazônia Azul", mostrando o trabalho que a Marinha vem desenvolvendo em toda a região amazônica.

Caixa Econômica Federal

O presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara dos Deputados, deputado federal Leo de Brito (PT-AC), recebeu assessores parlamentares da Caixa Econômica Federal, que se colocaram à disposição da Comissão para colaborar no que for necessário na execução do seu papel de fiscalização dos programas governamentais.

Em nome do povo acreano, o deputado agradeceu aos assessores da Caixa o decisivo apoio que o banco estatal vem dando às políticas sociais na área da habitação do Acre, em especial ao programa Minha Casa, Minha Vida, que tem garantido milhares de habitações para as pessoas de baixa renda e as que habitavam em áreas de risco de alagamento na Capital e em outros municípios do Acre.

"No Acre, a Caixa tem cumprido um papel muito importante, financiando os pequenos empreendimentos, sobretudo os da área da habitação. Destacamos que, nos últimos anos, o Estado bateu o recorde de habitações na primeira gestão do governador Tião Viana, quando foram

entregues mais de 11 mil unidades habitacionais. A Cidade do Povo é uma realidade, que já tirou mais de três mil famílias de áreas alagadiças", lembrou o deputado. Da Caixa, visitaram o deputado os assessores Jozelita Sandra Pigatto Lenza, Augusto Henrique Rabelo e Elton da Silva.



Potencialidades da maior estatal brasileira

Leo de Brito recebeu os assessores da Petrobras João Lima Romeiro e Rogério Augusto Calderón Ramos que se colocaram à total disposição da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle para exercer seu papel institucional de fiscalizar a execução das ações e programas da estatal que têm contribuído para o desenvolvimento econômico do país.



Leo de Brito falou de sua experiência de participar, em seu primeiro ano de mandato, da CPI da Petrobras da Câmara, quando pôde conhecer os problemas e as potencialidades da maior estatal brasileira, que deve, segundo ele, se recuperar e dar a volta por cima para continuar contribuindo de forma decisiva para a recuperação da economia nacional.

O deputado também falou da importância da produção de petróleo e gás da Petrobras em Urucu, no interior do Amazonas, além da prospecção que a empresa se dispôs a realizar na região acreana do Vale do Juruá. Os assessores da Petrobras se comprometeram fazer em breve um balanço das atividades de prospecção de petróleo e gás na região de Cruzeiro do Sul.

Assessoria Parlamentar do Comando da Aeronáutica

O Brigadeiro do Ar Maurício Augusto Silveira de Medeiros, chefe da Assessoria Parlamentar, que se fez acompanhar pelo Tenente Coronel Aviador, Francisco José de Moraes e pelo Major Fernandes, detalhou ao presidente da CFFC, as expectativas do Brasil para a aviação, notadamente a militar e de carga, ressaltando o programa de construção do cargueiro KC 390, pela Embraer, o qual sofreu contingenciamento de recursos da ordem de R\$ 200 milhões. Leo de Brito colocou-se à disposição para articular com outros parlamentares a garantia de recursos para a Aeronáutica no orçamento de 2017, especialmente para o programa do KC 390.



Autoridades Municipais do Acre

O Presidente da CFFC, deputado Leo de Brito (PT-AC), recebeu, em maio de 2016, a visita do Prefeito de Tarauacá -AC, Rodrigo Damasceno Catão, e do Presidente da Câmara Municipal, Vereador Ezi Aragão, para tratar de assuntos referentes ao município e fiscalização em recursos federais recebido ao longo dos anos pela Prefeitura de Tarauacá.

Prêmio Transparência e Fiscalização Pública

Comissão homenageia Chico Mendes e Luiz Henrique da Silveira como patronos do Prêmio transparência 2016.



A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), da Câmara dos Deputados, realizou no dia 14 de dezembro de 2016, a cerimônia de entrega do Prêmio Transparência 2016. Nesta edição, um dos patronos homenageados foi o acreano, líder seringueiro, Chico Mendes. O outro é o ex-governador de Santa Catarina Luiz Henrique da Silveira.

Já o município de Rio Branco venceu o Prêmio de Transparência e Fiscalização Pública 2016, na categoria Governamental, concedido pela Câmara dos Deputados às instituições e pessoas que se destacaram na transparência pública neste ano. O deputado acreano Raimundo Angelim (PT/AC) fez a indicação de Rio Branco, levando em conta outras premiações e o desempenho das últimas gestões em transparência.

Na categoria Sociedade Civil duas indicações foram vitoriosas: o Centro de Assistência de Desenvolvimento Integral (o CADI), que faz um trabalho de formação sociopolítica de base e o monitoramento comunitário de políticas e serviços públicos do Paraná e Benedito Antônio Alves, que é Conselheiro do Tribunal de Contas de Rondônia.

Para o prefeito de Rio Branco, Marcus Alexandre, a transparência é compromisso de vida com a boa e regular aplicação dos recursos públicos. E esse prêmio é um reconhecimento ao trabalho da equipe da Prefeitura de Rio Branco capitaneada pela Controladoria Geral do Município. "Em minha opinião, a transparência, a boa e regular aplicação dos recursos públicos é responsabilidade dos gestores", completou Marcus Alexandre agradecendo aos deputados Angelim e Leo de Brito pelo trabalho desenvolvido na Câmara dos Deputados em favor do desenvolvimento do Acre.

O deputado Leo de Brito, presidente da CFFC, parabenizou a conquista e se declarou especialmente satisfeito com mais esse título a Rio Branco. "Muito feliz, como presidente da Comissão e como acreano, em ver minha Rio Branco vencer o Prêmio Transparência e Fiscalização Pública 2016. Um importante meio de avaliação e reconhecimento aos gestores, órgãos e sociedade, pelos trabalhos desenvolvidos. Parabéns ao prefeito Marcus Alexandre, que tem sido reconhecido pelos órgãos de controle, e a todos da prefeitura de Rio Branco, considerada a cidade mais transparente do Brasil", disse Leo de Brito.

Cartilha facilita o controle dos agentes públicos

O incentivo à participação social fiscalizadora é a principal motivação da edição anual.



Além de premiar boas práticas, anualmente a CFFC lança uma cartilha para motivar instituições e cidadãos a exercerem responsabilidades e direitos constitucionais quanto à transparência e a fiscalização dos atos, bens e valores públicos. A participação social é bem vista e estimulada.

A Cartilha de Fiscalização Financeira e Controle é um manual que facilita a identificação de irregularidades, indica as principais práticas viciosas e introduz noções de orçamento necessárias à utilização das informações disponíveis. Traz até modelos de representação, denúncia e notícia criminal.

EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS

Aprovadas emendas da CFFC para o Orçamento 2017

O Congresso Nacional aprovou, na última quinta-feira (15) o orçamento da União para 2017. Quatro emendas aprovadas foram apresentadas pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara (CFFC).



A primeira de autoria do presidente da Comissão, deputado Leo de Brito (PT-AC) prevê o acréscimo de recursos no valor R\$ 17.300 mil para o Desenvolvimento do Sistema de Controle Interno do Comando da Marinha. Outra emenda, também de autoria do deputado Leo foi a de acréscimo para Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei do Ministério Público Federal no valor de R\$ 1 milhão.

Já os deputados Edinho Bez (PMDB-SC) e Vanderlei Macris (PSDB-SP) tiveram suas emendas aprovadas para a

Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais no Tribunal de Contas da União no valor de R\$ 20 milhões.

Por último, a emenda da CFFC apresentada pelo parlamentar do PSDB do Distrito Federal, deputado Izalci, de acréscimo no valor de R\$ 10 milhões para a Promoção da Pesquisa, do Desenvolvimento e da Inovação em Tecnologias Digitais, Componentes e Dispositivos Eletrônicos e Gestão das Obrigações de Contrapartida Relacionadas a Incentivos Fiscais do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Antônio Gomes de Aguiar Neto
Antonio Ribamar Aguiar de Castro
Denise Pereira do Nascimento
Dorgil Marinho da Silva Brandão
Jayme Antonio de Souza Junior
Jose Antonio de Andrade
José Roberto Pereira de Mello
Katia Isabelli de Bethania Barros e Melo
Luiz Paulo Pieri
Marcia Maria Franca Souza

Estagiários

Sabrina Vieira de Albuquerque
Raquel Morette Lima

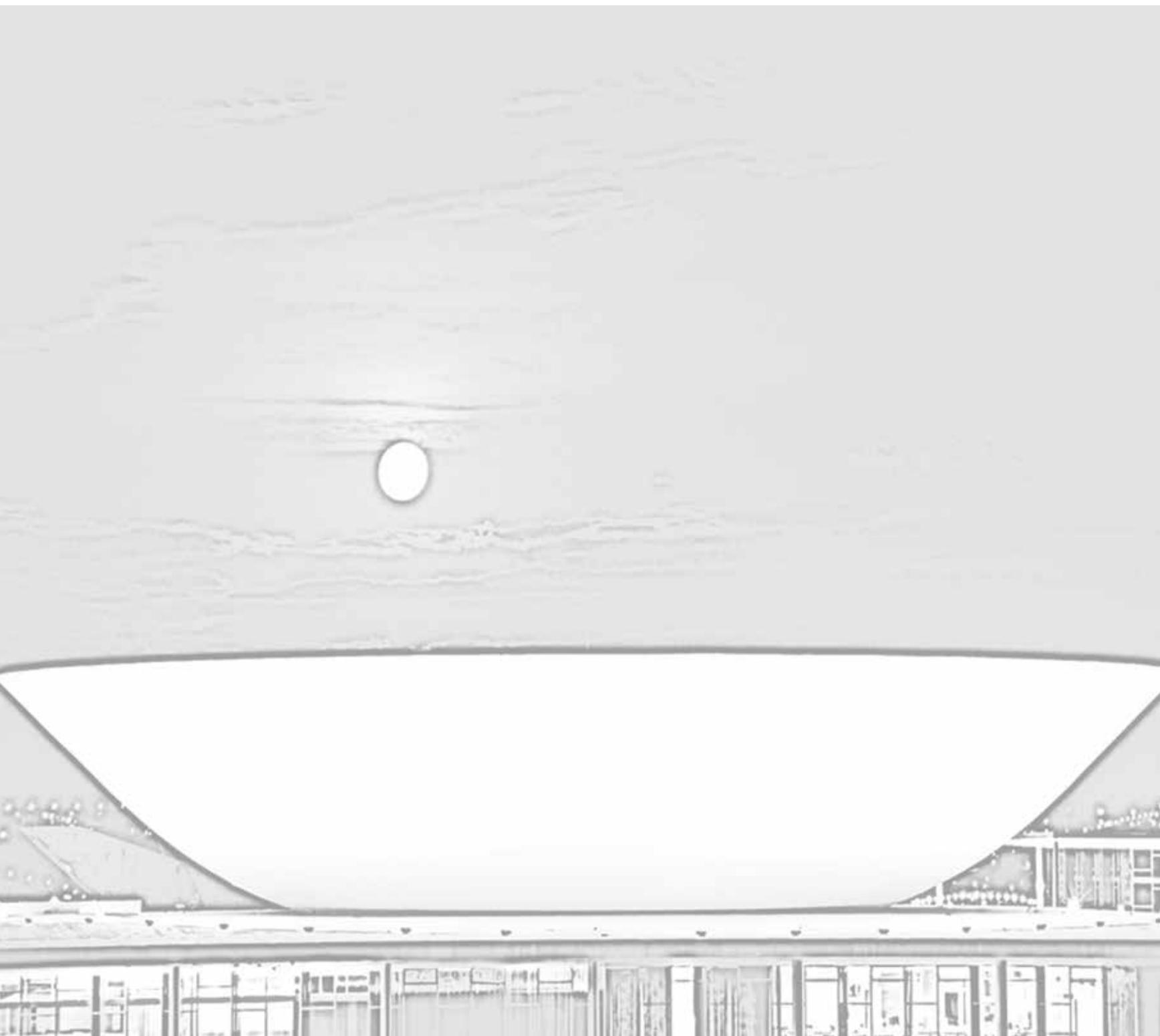
Pró-adolescentes

Elen Cristina de Brito Pereira
Barbara Alves Domingos

PRODUÇÃO EDITORIAL

Elaboração

Supervisão Geral: Luiz Paulo Pieri
Edição: José Mello
Programação Visual: Marcia Franca e Henrique Machado
Apresentação: Deputado Leo de Brito
Textos: José Mello e Luiz Paulo Pieri
Diagramação: Henrique Machado e Marcia Franca
Imagens: Sefot da Câmara dos Deputados e Arquivo CFFC
Revisão Final: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle



**Comissão de Fiscalização
Financeira e Controle**

2016

